



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

DA TEORIA À PRÁTICA: NARRATIVA DE UMA EXPERIÊNCIA NA GESTÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL MUNICIPAL

Maria Eliana Alves Lima (1)

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias / Lisboa, melianaalves@gmail.com

Fabiana Oliveira Canavieira (4)

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, fabicanavieira@hotmail.com

Resumo: Esta pesquisa problematiza como a Política Nacional de Educação Infantil orientada pelo Ministério da Educação é implementada pelos municípios, discutindo a relação intergovernamental. Trata-se de uma investigação de viés narrativo-interpretativo. Nos últimos anos, pesquisas, programas e projetos foram propostos pelo MEC para expandir e ressignificar esse direito educacional. Todavia, os sistemas municipais gozam de autonomia para execução de suas responsabilidades. Em meio às discussões sobre o regime de colaboração tem-se a invisibilidade das peculiaridades locais. Buscou-se aprender as relações de poder entre as esferas políticas e o gestor da política de Educação Infantil em âmbito municipal.

Palavras – chave: Educação Infantil; Políticas Públicas; Gestão da Educação Básica.

Introdução

A presente pesquisa vem se construindo e ganhando forma enquanto objeto epistemológico desde 2012, visando dar continuidade aos trabalhos já realizados a cerca do tema. Seus contornos, nuances e trama se sustentam em um tripé que institui essa investigação, quais sejam: a vivência do trabalho na gestão da educação municipal no âmbito da educação infantil; a militância social e política em prol da Educação Infantil e dos direitos das crianças, com foco na discussão das políticas nacionais destinadas à área e; os estudos dos paradigmas teórico-metodológicos das ciências sociais que discutem a criança como sujeito histórico de direitos.

O *modus operandi* escolhido para escrita deste relato terá o viés de narrativa do relato de experiência com característica heterogênea, que transita entre o relato científico e uma escrita livre e busca por meio da narração, a *produção de sentido*, através da *interpretação dos fatos*, em que intenção e reação se articulam por dentro, tentando dar ressignificados ao vivido. O objetivo é Analisar as relações de poder entre as esferas políticas e o gestor da política de Educação Infantil em âmbito municipal.

Sabe-se, que a maioria das pesquisas sobre política educacional são de abordagem macro-estruturante, bem poucas têm cunho interpretativo para além da perspectiva da análise de representações sociais, o que torna a tarefa ainda intensa. Considerando ainda, que as pesquisas sobre “experiências do vivido” no campo educacional, sejam elas autobiografias, memórias, pesquisas do/no cotidiano, narrativas e interpretações de si -, em grande maioria abordam a prática



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

docente, ou seja, as intersubjetividades presentes ao exercício do magistério, poucas versam sobre a experiência da gestão da política pública. Trabalho “solitário”, para o qual não se tem muita formação para exercício da função, mas se é alvo de muitas críticas, mas de pouca autocrítica reflexiva.

A compreensão do processo de construção política e epistemológica da Educação Infantil brasileira durante os dois mandatos do governo Lula da Silva (2003 – 2010), relacionando-o ao contexto da política de Educação Infantil na cidade de São Luís-MA-Brasil serviu como elemento mediador do relato de experiência aqui apresentado, e, nesse constante processo reflexivo sobre o vivido, as autoras Pillotto e Voigt (2015), que abordam um aspecto teórico diferenciado ao exercício da gestão educacional, a importância do “conhecimento sensível” dão o tom do referencial teórico para o relato. Assim,

1. Caminhos Metodológicos: o cenário ludovicense

No ano de 2012 assumimos na Secretaria Municipal de Educação a Superintendência da área de Educação Infantil - SAEI, responsável pela gestão da educação das crianças 0 a 5 anos e 11 meses de idade da capital maranhense. Encontramos uma realidade complexa e com diversos desafios para implementação da Política Educacional em 78 unidades de educação básica que recebiam cerca de 16.000 crianças de 2 a 6 anos de idade (idade de entrada e permanência das crianças até a conclusão da Educação Infantil), junto a mais ou menos 1.000 professoras, cerca de 250 coordenadoras pedagógicas e 80 gestoras escolares sob a responsabilidade da SAEI, na qual ficamos até Novembro de 2013.

A relação entre a prática social enquanto pesquisadoras da área da educação infantil e a prática profissional desenvolvida na SAEI nos remete à ideia de *campo* como categoria explicativa, conforme nos apresentou Bourdieu (1968), quase uma alegoria ilustrativa das correlações de forças e disputas dos agentes que constituem um determinado campo. Aqui, o campo em questão é o *campo político (de poder)*. Na *teoria de campo*, segundo o referido autor, um espaço, seja ele físico ou não, é composto por *agentes sociais* que possuem diferentes tipos de *capital* (cultural, político, social, econômico, simbólico), e de acordo com a variedade de tipos de capital e da quantidade/qualidade dos mesmos, os agentes ocupam uma *posição determinada dentro do campo*, é essa bagagem de capital que garante aos agentes não só sua posição no campo, mais sua capacidade de disputar por espaço dentro dele.



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

Considerando as características da composição do *campo*, resta apresentar os agentes (para além dos sujeitos, pois as instituições e esferas de governo também podem ser entendidas enquanto tal) e as forças em disputa no *campo da educação municipal de São Luís*. Faço a advertência que a configuração desse campo é muito maior do que está sendo apresentada, pois ela se insere dentro da política municipal de forma macro, que se situa dentro de um campo bem maior, em suas relações intergovernamentais. Caberia uma ampla apresentação do campo político (de poder) e as correlações de força inerentes à política maranhense, a qual, mesmo em um governo eleito como oposição, passa a operar pela mesma lógica política que foi “situação” por quase 50 anos. O *modus Sarney* de fazer política¹, que se estende hoje para além das fronteiras maranhenses e tem no compadrio uma de suas maiores marcas.

O Estado é resultado de um processo de concentração de diferentes tipos de capital, capital de força física ou de instrumentos de coerção (exército, polícia), capital econômico, capital cultural, ou melhor, de informações, capital simbólico, concentração que, enquanto tal, constitui o Estado como detentor de uma espécie de metacapital, com poder sobre os outros tipos de capital e sobre seus detentores (...) Segue-se que a construção do Estado está em pé de igualdade com a construção do *campo de poder*, entendido como o espaço de jogo no interior do qual os detentores de capital (de diferentes tipos) lutam *particularmente* pelo poder sobre o Estado, isto é, sobre o capital estatal que assegura o poder sobre os diferentes tipos de capital e sobre sua reprodução (notadamente por meio da instituição escolar) (BOURDIEU, 1996, pp 99 – 100, *grifos do autor*)

Delinear as características gerais da política municipal que por vezes assolam muitas secretarias municipais de educação pelo Brasil é um tema caro e pertinente à conjuntura da política educacional brasileira contemporânea que no momento discute a implementação de um Sistema Nacional de Educação – SNE, e volta a rediscutir o Regime de Colaboração e o Pacto Federativo. Tais questões são difíceis de serem aprofundadas no espaço delimitado a esse texto, a exemplo também, das implicações da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF e outras medidas da política nacional que têm afetado negativamente a esfera da educação municipal.

Assim, compete-nos adentrar nas especificidades de São Luís. A capital maranhense é reconhecida negativamente por ser a única capital dos estados brasileiros que não faz nenhum atendimento em creches públicas às crianças de 0 a 2 anos de idade. Trata-se da negação de um direito a uma significativa parcela populacional desassistida em uma fase importante de suas vidas em termos: psicossocial, cultural, cognitivo, assim como em âmbito político e econômico, tempos de ampla defesa de um projeto de educação integral e integrada. Das poucas instituições que

¹ Ver CARVALHO, José M. de. Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: uma discussão conceitual. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 40, n.20, 1997.



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

recebem crianças a partir dos 3 anos de idade, apenas duas são de tempo integral, e ainda há controvérsias sobre a qualidade desse atendimento.

Quanto às demais Unidades de Educação Básica - UEBs, assim denominadas todas as escolas da rede municipal de São Luís, ressalta-se que apenas 72 delas, historicamente, só fazem matrículas e garantem o direito das crianças de 4 a 5 anos e 11 meses de idade em tempo parcial. Destacando apenas as matrículas em rede direta, sem as escolas comunitárias conveniadas, que foram e são, um logo capítulo paralelo a esse que apresentamos.

Quase metade das instituições de Educação Infantil conta com estrutura física precarizada, algumas funcionam em prédios anexos, os espaços são pequenos, com baixa iluminação e ventilação natural, poucas dispõem espaços externos que permitam as brincadeiras infantis e atividades pedagógicas extra-sala, contrariando os Padrões de Qualidade e Infraestrutura propostos pelo Ministério da Educação – MEC (2009) para as instituições de Educação Infantil. E ainda, em algumas poucas escolas em que há espaços adequados, como pátios, áreas verde, anfiteatros e brinquedotecas, percebe-se que muitas vezes não são utilizados.

Quanto aos aspectos pedagógicos, também tem-se pouco a relatar como vantagem. Para além de um calendário letivo atrasado em detrimento da greve de professores e professoras por ajuste salarial, implementação da Lei do Piso do Magistério e condições dignas de trabalho, mas principalmente, pela paralisação de todas as escolas para reformas e manutenções, concomitantemente, engendradas pela gestão anterior², criou-se um grande problema curricular, além de transtornos com a comunidade ludovicense e Ministério Público, acirrando ainda mais a judicialização da educação (ROSEMBERG, 2015).

Até o ano de 2008 o retrato que caracterizava a educação municipal enquadrava as seguintes situações: sentimento existência de uma rede de ensino, conquistados por meio da reestruturação da gestão das ações da Secretaria Municipal de Educação, sobretudo por meio da formação continuada de todos os profissionais; construção de mais de 30 novas escolas; realização de concurso público, e de planejamento estratégico; tais ações fizeram com que prefeito e secretário (ambos do PDT)³ que ocuparam os cargos de 2002 a 2008 ganhassem prêmios e gozassem do reconhecimento nacional, em alguns aspectos. Todo o cenário de crescimento e êxito construído ao logo desses anos começou a ruir e se esfacelar após a posse do prefeito do PSDB⁴ em 2009. A

² Prefeito João Castelo (PSDB).

³ Prefeito Tadeu Palácio e Secretário Raimundo Moacir Mendes Feitosa, do Partido Democrático Trabalhista.

⁴ Partido da Social Democracia Brasileira



educação municipal de São Luís degradou-se a tal ponto, mas não só ela, que o ex-Prefeito não conseguiu ser reeleito em 2012, gerando uma grande crise financeira ao município.

Nesse contexto, Edivaldo Holanda Junior atual prefeito (recém ingresso ao PDT), surge coberto de expectativas. Os ludovicenses esperavam por um salvador, e a rede municipal de educação parecia carecer mesmo de um grande milagre. Mas as disputas políticas em prol das eleições para o governo do estado que se aproximavam viraram o alvo, após a vitória do pleito municipal, em que a divisão de cargos não visava contemplar apenas os apoios políticos partidários recebidos, mas serem vitrine para as eleições estaduais de 2014.

Todavia, o “Cavalo de Troia” recebido teve como primeiros acontecimentos do início da gestão: arrombamentos, assaltos e depredação de oito escolas municipais de Dezembro a Março de 2013, seguido da imposição de assinatura de um Termo do Ajustamento de Conduta – TAC junto ao Ministério Público Estadual, quanto ao cumprimento do déficit de carga horária/curricular gerado no ano de 2012 e o comprometimento de reinício das aulas para o quanto antes. O que se somou a ameaça de greve de professores/as exigindo a plena implementação da Lei Federal nº 11.738/2008 do Piso do Magistério Público da Educação Básica.

Permeado a essas dificuldades, problemáticas relacionadas às disputas políticas formavam a atmosfera institucional, gerando um clima de constante instabilidade quanto a continuidade do secretário e sua equipe. A falta de direcionamento, a constante intervenção por parte da prefeitura e dos partidos nas questões da gestão educacional; tendo que dar satisfações não só à comunidade escolar pelos problemas das escolas, mas também a mídia oposicionista, alimentada por fogo amigo, à câmara municipal, boa parte também de oposição e, ao Ministério Público, eram entraves que impossibilitavam o andamento das ações pedagógicas. A entrada, permanência e saída das pessoas dos cargos de comissão pareciam ser a única constância, e mais valorizada que quaisquer questões educacionais.

2. Discussões: entre saberes e fazeres na gestão da Educação Infantil

Há dez anos Faria (2005) iniciou seu artigo sobre a *Política de Regulação da Primeira Etapa da Educação Básica* com a seguinte frase: “Tem sido produto de grande transformação nos conceitos de infância e criança a reformulação de políticas públicas que as contemplem na área da educação” (p. 1014). Ela mostra que as articulações entre pesquisa, política e prática pedagógica garantiram conquistas e inovações na área, contribuindo para a construção de uma Pedagogia da



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

Infância que se empenha em garantir, via esfera municipal, o direito à educação e a infância das crianças de 0 a 6 anos de idade.

De lá para cá, são realmente inegáveis os avanços qualitativos e quantitativos na área de Educação Infantil, principalmente nos ordenamentos legais e aportes epistemológicos que regem a área. Entretanto, em termo concreto, ou melhor, no âmbito da dignidade das crianças, seja no interior ou não das instituições de Educação Infantil, ainda são poucas as modificações visíveis, e é essa contradição entre o dito, prescrito e o feito, realizável enquanto política pública educacional que trazemos à tona.

Estudos anteriores (CANAVIEIRA, 2010) buscam compreender o processo de construção política e epistemológica da Educação Infantil brasileira durante os dois mandatos do governo Lula da Silva (2003 – 2010), relacionando o contexto da política de Educação Infantil pela ótica da militância social, com a fundamentação dos “novos” paradigmas teórico-metodológicos que põem as crianças no centro de seu processo educativo, a Sociologia da Infância. As análises decorrem do contexto de *elaboração* dos documentos: “Orientações sobre convênios entre secretarias municipais de educação e instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos para a oferta de educação infantil”, “Indicadores de Qualidade na Educação Infantil” e “Práticas cotidianas na Educação Infantil: bases para a reflexão sobre as orientações curriculares” e as novas “Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil”.

As discussões problematizadas na pesquisa intitulada “A Educação Infantil no olho do furacão: o movimento político e as contribuições da Sociologia da Infância” (CANAVIEIRA, 2010) contextualizam o processo de construção política da área, pontuando as (in)constâncias e o papel dos movimentos sociais, das intelectuais, do “terceiro setor” e do governo, agentes que travam a batalha das ideias em prol de uma concepção de Educação Infantil, mas que chegam a um denominador comum, garantia desse direito.

Contudo, buscando acompanhar esse percurso de construção da área, visando chegar até o chão das instituições de Educação Infantil, o objetivo o qual a maior parte dos documentos e políticas se destina, novamente esbarra nos entraves, agora não mais os teórico-ideológicos ou nas ações parlamentares, mas na micropolítica, nas especificidades regionais, locais que foram tão pouco considerados quando da elaboração dos documentos oficiais em nível nacional.

O *caso* de São Luís exemplifica o insucesso dos esforços e conquistas no âmbito da política nacional da área, e serve como ponte, como lugar de atravessamento de um ponto a outro, dando destaque não aos seus extremos, mas ao percurso, ao lugar do meio, por isso o destaque à



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

experiência, não como metodologia que garante a segurança, mas como território da potência, da imprevisibilidade.

A palavra “experiência” serviu, a muito de nós, para elaborar uma distância a respeito do que poderíamos chamar de “a ordem do discurso pedagógico”, ordem esta que está feita de modos de dizer e de pensar (e de olhar e de escutar, e de ler e de escrever, e de fazer e de querer) nos quais e nos serve para nos situar num lugar, ou numa intempérie, a partir do qual se pode dizer não: o que não somos, o que não queremos. (LAROSSA, 2015, p. 177, grifos do autor).

Ao falar da experiência, não levamos ao reducionismo simplista de aplicabilidade do pensado ou ao contrário, que a prática se sobrepõe a teoria, pois a complexidade do real agrega os processos contraditórios e dispares, e as teorias bem explicam isso. Talvez se tratasse de continuar os estudos acerca não só da construção da agenda das políticas, muitas vezes, *universalistas* demais e sim de pensar a ação.

Na Educação Infantil da rede municipal de São Luís, as fragilidades e entraves podiam ser pontuados por várias perspectivas: na área pedagógica, nas questões infraestruturais, questões administrativo-financeiras e até nas relações interpessoais interinstitucionais.

Os problemas oriundos da gestão das escolas foram inúmeros durante o período em que estivemos à frente da gestão da SAEI, da constante ausência de algumas diretoras nas instituições ao autoritarismo exacerbado de outras. A falta de recursos financeiros pela inexistência dos Conselhos Escolares; a não-resposta dos setores administrativos quanto as demandas materiais e estruturais, a exemplo do abastecimento d’água, por furto ou defeito na rede hidráulica das instituições, era necessário a constante solicitação de carro-pipa, que nem sempre era atendida em tempo, levando a paralisação das atividades das escolas. Ainda dentro das pautas negativas tinha-se: carência de professores/as; perda de matrículas; alagamento de escolas durante o período das chuvas, falta de material didático, professores sem formação continuada.

Tudo isso, por vezes, somava-se e batia na porta da Superintendência da área de Educação Infantil, na qual a equipe tentava dar respostas: a superintendente, três auxiliares-administrativo; uma psicóloga e onze coordenadoras pedagógicas, dessas últimas, 07 eram responsáveis pelo acompanhamento técnico-pedagógico das mais de setenta instituições. Ter conhecimento das demandas e não poder solucioná-las não causa só uma angústia individual, mas um desestímulo, em toda a equipe.

As demandas do setor da Educação Infantil somavam-se à gestão interna da Secretária Municipal de Educação de São Luis - SEMED, a dita política macro: gestão de diretores/as escolares; sistematização do censo, estatística e informatização das informações da rede; relação



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

com as escolas comunitárias conveniadas; recuperação da política de formação continuada e da elaboração da Proposta Curricular da rede e do Plano Municipal de Educação, também faziam e fazem parte das atribuições quando se esta à frente da gestão municipal de educação, mesmo que seja apenas de uma etapa da educação básica, mas no contexto das relações de forças que eram travadas cotidianamente, as disputas de poder refletiam na burocratização e desencontro de ações entre os diferentes setores da Secretaria. Parecia que tudo precisava ser reconstruído a partir do nada, que as experiências exitosas de antes haviam sido todas esquecidas, tal como o desperdício da experiência apontado por Boaventura de Souza Santos (2000).

O excesso de problemas, por vezes, inibe o senso crítico, a sua potencialidade criadora e a capacidade resolutiva, a pressão política soma-se a psicológica, o auto-questionamento sobre o saber-fazer emerge de forma desestabilizadora. A única fonte de confiança nesse momento vem do trabalho coletivo, da capacidade de troca e do comprometimento ético com a verdade.

No cumprimento de nossas responsabilidades – como nos cobrava a professora-pesquisadora e militante da área da Educação Infantil Fúlvia Rosemberg, para quem voltamos a atenção e defesa de nossos trabalhos – mesmo em meio às adversidades procuramos desenvolver algumas ações que julgávamos ser condizentes às pautas políticas e pedagógicas que as pesquisas e a política nacional apresentam como conquistas da Educação Infantil.

Comungando da ideia de expansão de matrículas, de aumento de atendimentos em tempo integral, ao uso de recursos federais e a implementação da política nacional de Educação Infantil, deu-se boa parte do trabalho que realizamos. Proinfância, Brasil Carinhoso, Diretrizes em Ação e Formação docente no Curso de Especialização em Educação Infantil eram mais do que obrigação, eram a única possibilidade de aplicação e diálogo com nossos objetos de estudo (saberes) e a militância (prática social).

O levantamento de dados e sistematização de informações envolveu uma equipe interdisciplinar confirmou a demanda de 28 comunidades por instituições de Educação Infantil, dando início às negociações de terrenos com as comunidades e até com a Universidade Federal do Maranhão. Sendo que dos 28 pedidos, 21 solicitações foram aprovadas, e até hoje nenhuma instituição construída.

Novas demandas oriundas do cadastro para recebimento dos recursos do Brasil Carinhoso foram outra frente de batalha, tanto na rede direta, como junto à rede Conveniada. O levantamento de um grande número de dados, que a cada ano se modifica, via “aperfeiçoamento” da política nacional, foi uma constante durante esse ano de gestão; para compra de fardamento, para



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

distribuição de alimentação escolar, para compra de livros, dificilmente os dados de uma contagem podiam ser aproveitados para outra demanda.

Vale destacar como experiência de trabalho, a formação das professoras no curso de Especialização em Docência na Educação Infantil MEC/UFMA, fruto da política integrada e do cumprimento do regime de colaboração entre a Secretaria de Educação e a Universidade Federal. Essa conquista ninguém pode tirar das professoras e acreditamos que ela é um dos caminhos privilegiados em busca do ideal de qualidade.

É necessário destacar a importância e a necessidade de reflexão sobre a implementação das Políticas Nacionais de Educação pelas redes municipais para evitar o desperdício de esforços do Governo Federal no processo de elaboração das políticas quando estas não são implementadas a contento. A cooperação prevista ao regime de colaboração não se efetiva, por vezes parece que o governo ao elaborar tais políticas e atribuir a implementação aos municípios se desresponsabiliza dos resultados. Os municípios buscam inúmeras justificativas e desculpas para o não cumprimento de suas responsabilidades, inclusive sua autonomia de gestão.

No contexto brasileiro, em que as políticas são, em sua maioria, pensadas em nível macro para uma realidade tão desigual e diversificada, elementos como: emoção, intuição, percepção, potencial criativo, flexibilidade, empatia, equilíbrio emocional e dinamicidade, devem misturarem-se e convergirem para a construção de um clima de solidariedade, respeito e cooperação, em que o compromisso ativo e o entusiasmo do/a gestor/a, promovam além da identificação, o esforço coletivo e a lealdade, preceitos para muitos prefeitos, secretário/as e gestores/as de políticas públicas.

3. Conclusões

A finalidade de narrar alguns fatos implica em buscar cumplicidades que ajudem a pensar caminhos possíveis, apesar das dificuldades, enfrentamentos e medidas que podem e devem ser tomadas para que a implementação da política nacional de educação infantil em âmbito municipal, garanta um educação da pequena infância de qualidade, com espaços dignos, com interações e brincadeiras como eixos articuladores do currículo e as crianças no centro do projeto pedagógico das instituições e de seu processo educativo.

Não é redundante ressaltar que a educação das crianças pequenas em espaços públicos e coletivos continua sendo uma construção social e política, edificada cotidianamente, que precisa ser



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

realizada nos diferentes espaços, âmbitos e, por diferentes agentes, nos quais essa pesquisadora e seus saberes/fazeres pretendem se incluir.

A experiência de trabalho na Secretaria de Educação e, especialmente, na Superintendência de Educação Infantil de São Luís nos deixa com conclusões ainda em construção, uma vez que deslocou-nos do nosso eixo de percepção, nos levando a ponderar e refletir o exercício da gestão, das relações de poder e do fazer educacional por uma ótica até então desconhecida. Tais reflexões nos fazem ressaltar que a educação das crianças pequenas em espaços públicos e coletivos continua sendo uma construção social e política, edificada cotidianamente, que precisa ser realizada nos diferentes espaços, âmbitos e, por diferentes agentes, nos quais nos propomos a continuar pesquisando e contribuindo por meio do trabalho técnico, afetivo e intelectual.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU. Razões Práticas: sobre a teoria da ação. Campinas: Papirus, 1996.

_____. Campo Intelectual e Projeto Criador. In: POUILLON. J. (org.) Problemas do Estruturalismo, pp. 17- 38. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

CANAVIEIRA, F.O. A educação infantil no olho do furacão: o movimento político e as contribuições da Sociologia da Infância. Orientadora: Ana Lúcia Goulart de Faria. Dissertação de Mestrado. UNICAMP-SP. 2010

FARIA, Ana Lúcia. Política de Regulação, Pesquisa e Pedagogia da Educação Infantil, primeira etapa da educação básica. Educação e Sociedade, Campinas, v. 26, n. 92 – Especial, p. 1013 – 1038. Out. 2005.

LARROSA, Jorge. *Tremores*: escritos sobre experiência. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

LISPECTOR, Clarice. Se eu fosse eu. In: A descoberta do mundo. Rio de Janeiro: Rocco, 1984.

PILLOTTO, S. S. D.; VOIGT, J. M. R. O conhecimento sensível na gestão da educação básica. *Dialogia* (UNINOVE. Impresso) v. 22, p. 31-45, 2015.

ROSEMBERG, Fúlvia. Políticas Públicas e Qualidade da Educação Infantil. In: SANTOS, Marlene; RIBEIRO, Maria Izabel (orgs.). Educação Infantil: os desafios estão postos e o que estamos fazendo? Salvador: Soffset, 2014, p. 169 – 184.